

POLÍTICA

Aprovado pela Comissão de Sistematização: empresas com mais de 50 empregados devem reservar 10% das vagas para trabalhadores de mais de 45 anos.

Outro problema para as empresas

Ao aprovar ontem o artigo que declara "livre a greve" e emendas obrigando as empresas com mais de 50 empregados a manter em seus quadros pelo menos 10% de pessoas com mais de 45 anos, a Comissão de Sistematização criou novos problemas para as empresas, a tal ponto que o líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, estimou que a automação não tardará a ocorrer em larga escala nas indústrias, o que aumentaria o desemprego. Ao final da sessão, que foi palco de brigas, foi aprovado que menores, a partir de 16 anos, poderão votar facultativamente, já nas próximas eleições. O fato irritou novamente o líder pefelista: intempestivamente, ele foi à tribuna e rasgou o texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral, repetindo: "Não presta, não presta".

A questão relativa à greve constituía-se no principal ponto em pauta, mas para surpresa geral foi votada sem problemas, e rapidamente. A Mesa submeteu ao plenário da Comissão um requerimento assinado pelas lideranças partidárias (menos pela do PDT), para que fossem retirados, em bloco, os 27 pedidos de destaque visando a alterar o art. 10 e seu parágrafo 1º. O plenário aprovou em votação simbólica.

Com isso, ficaram mantidos os dois dispositivos, que dizem:

"Art. 10 — É livre a greve, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesse que deverão por meio dela defender.

Parágrafo 1º — Na hipótese de greve, serão adotadas providências pelas entidades sindicais, que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade."

"A facilidade com que a matéria foi aprovada" — assinalou, da tribuna, o deputado Plínio de Aruda Sampaio (PT-SP) — "não empana o seu significado. Isto significa enorme avanço na luta dos trabalhadores. Significa que não haverá mais a intervenção do Estado. A greve só estará sujeita ao disposto na própria Constituição e na legislação ordinária civil e penal."

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria e suplente da Comissão de Sistematização, concordou com a manutenção do texto do relator por entender que representava "o mal menor" em comparação com algumas emendas que seriam colocadas em votação, como disse a alguns parlamentares.

Mas a vitória dos sindicalistas não chegou a ser total. Eles tentaram aprovar também emenda do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) suprimindo o parágrafo 2º do art. 10, mas perderam por 63 votos contra 23. O parágrafo 2º, que ficou, assim, também inalterado, diz: "Os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei".

Com isso, a Comissão de Sistematização concluiu, finalmente, o

exame do capítulo II do substitutivo, o qual trata dos direitos sociais, mas antes aprovou emendas nele incluindo mais dois artigos. A primeira, de iniciativa de associações de empregados domésticos, e defendida pelo senador Nelson Carneiro, foi aprovada por 84 votos contra 3. Diz ela: "É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores em todos os órgãos onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação". Isto significa que, segundo critérios que terão de ser estabelecidos em lei, os empregados e empregadores vão participar da direção da Previdência Social e os trabalhadores terão seu lugar assegurado, ao lado dos empregadores, também na direção de entidades como o Sesc, o Sesi e o Senai.

A outra emenda, de autoria do deputado José Lins (PFL-CE) e por ele defendida aparentemente sem esperança de vê-la aprovada, acabou passando com o número mínimo regimental de votos: 47 contra 37. Ela diz: "As empresas de mais de 50 empregados são obrigadas a manter em seus quadros de pessoal efetivo pelo menos 10% de pessoas maiores de 45 anos de idade".

Já a estabilidade no emprego, aprovada recentemente, continua gerando preocupação no meio empresarial. Ontem, a União Brasileira de Empresários (UBE) distribuiu documento, manifestando seu repúdio à emenda, e assinalando que os empresários, "cerceados na sua liberdade de criar e gerir seus negócios, serão obrigados a demitir pessoal, reduzindo os investimentos e a produção".

Primeiro-ministro

O cargo de primeiro-ministro, como o de presidente da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal é privativo de brasileiro nato, nos termos do substitutivo de Bernardo Cabral e ontem aprovado pela Sistematização. Com isso a Constituinte, trouxe pela primeira vez, mesmo indiretamente, da questão do sistema de governo, abrindo caminho para o sistema parlamentarista. No entanto, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, que comanda o grupo favorável ao presidencialismo, pediu à mesa para deixar registrado que no caso da manutenção deste regime, o artigo referente aos cargos privativos de brasileiros natos seria revisto para retirada da referência ao primeiro-ministro.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, anunciou ontem no final da sessão da Sistematização, o início da coleta de assinaturas para alterar o regimento da Constituinte e permitir a elaboração de outro anteprojeto. "Esse anteprojeto (o de Cabral) é uma vergonha, não será aceito pela Nação e o melhor lugar para colocá-lo é a lata do lixo", disse, irritado o parlamentar, antes de rasgá-lo da tribuna. Bernardo Cabral reagiu, exclamando: "Quem rasga o substitutivo de uma Constituição é capaz de fazer coisa bem pior".

além de decepção. Nos quatro testes conduzidos pelo senador Jarbas Passarinho — durante mais de uma hora — o número totalizado no painel era inferior ao dos presentes em plenário e que ação: am os botões. "Se isso não funcionar, será uma vergonha" — resumiu Siqueira Campos.



A sessão de ontem: dizendo às empresas quem devem contratar.



Virgílio Távora: o difícil painel eletrônico.

"Vamos evitar o pior" (É um apelo contra a Constituinte)

O tributarista Ives Gandra lança uma campanha — contra a ruptura política.

"Vamos evitar o pior". Com este alerta, dado ontem pelo tributarista Ives Gandra da Silva Martins, durante o lançamento da Academia Internacional de Direito Econômico e Economia, por ele presidida, teve início a campanha pela suspensão imediata dos trabalhos da Constituinte — que deverá contar com o apoio dos meios de comunicação. O pior, para o advogado, é a ruptura política que poderia ocorrer em consequência da insatisfação de diversos segmentos sociais em relação aos trabalhos da Assembleia Justificando-se, acrescentou que as críticas ao substitutivo de Bernardo Cabral são dirigidas ao processo e à sua formulação, mas não aos parlamentares.

Ives Gandra foi além: "Temos de nos desfazer de dois grandes lixo no Brasil — o lixo atômico e o projeto Bernardo Cabral". O problema é que, além de ser uma colcha de retalhos, o anteprojeto constitucional vem criando focos de insatisfação: militares estão contra o fim de sua imunidade tributária, governadores discordam do parlamentarismo e empresários criticam a estabilidade no emprego.

Mais incisivo, o economista Miguel Colasuonno, ex-prefeito paulistano, ex-presidente da Embratur (no governo Figueiredo) e ex-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, explicou:

— O ato mais patriótico seria suspender a Constituinte, porque na verdade hoje temos 550 candidatos que a estão usando como bandeirinhas políticas futuras. É a única saída para que o povo brasileiro não continue submetido à desordem e à instabilidade que atinge tanto trabalhadores quanto empresários. A perda maior está sendo a falta de administração do governo federal, que não pode administrar porque está subjugado por pressões políticas massacrantes — disse Colasuonno, que continua filiado ao PFL.

O seminário, realizado no Centro Empresarial São Paulo, discutiu o tema "O Sistema Tributário e a Ordem Econômica na Nova Constituição". No último painel, que tratou da "Ordem Econômica na Futura Constituição", o advogado



Ives Gandra

Celso Bastos, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e professor titular da PUC-SP, afirmou que na atual conjuntura a Constituinte não tem mais sentido, sentenciando:

— Virou uma farsa. É preciso fazer uma limpeza geral no País, através da convocação de eleições diretas para presidente e reiniciar o processo com base na Constituição de 1967 que, sendo reformada para retirar dela as excrescências que restam do autoritarismo, é perfeitamente aceitável, mais avançada até do que a de Portugal, que se considera socialista.

Celso Bastos afirmou que a Constituinte não tem mais sentido porque a transição foi negociada entre forças do governo e da oposição, no final do antigo regime, para que a passagem fosse pacífica. Em sua opinião, a Constituinte é desnecessária porque não houve ruptura.

Já o economista Carlos Alberto Longo, da Universidade de São Paulo (USP), criticou a proposta da maior transferência de recursos da União para Estados e Municípios. "Isto vai ocorrer sem a transferência de atribuições, o que significará uma desconcentração e não uma descentralização" — salientou. Para Longo, a Constituinte deveria dar autonomia para os diversos níveis de governo atuarem na área tributária. Ele sugeriu a fusão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ao Imposto Territorial Rural (ITR) de tal forma que



Carlos Longo

ela financiasse um terço dos gastos municipais. Hoje, em São Paulo, o IPTU representa apenas 17% da receita da Capital.

Para o ex-ministro da Fazenda e deputado constituinte, Francisco Dornelles (PFL-RJ), a transferência de recursos não vai inviabilizar a União, pois ela "já está inviável porque gasta com estatais e com incentivos para manter um Estado empresário". Outro palestrante, o tributarista Alcides Jorge Costa, que participou da reforma de 1966, condenou a irracionalidade da taxa dos ganhos financeiros cuja competência é e deverá ficar com o Banco Central. "No ano passado", lembrou, "o Banco Central alterou sete vezes" a tributação sobre os ganhos de capital. O tributarista também criticou a instituição do empréstimo compulsório, a cargo da União, que certamente "financiará investimentos de Norte a Sul".

No mesmo tom, o jurista Gilberto de Ulhôa Canto opôs-se ao aumento da carga tributária, via Imposto de Renda. Ele entende que se pode tributar os ganhos financeiros mas seria uma "injustiça" taxar mais os rendimentos dos assalariados. "Os países mais ricos têm tributos mais baixos", ele afirmou. Por fim, o empresário Henry Maksoud, presidente da Hidroservice, recomendou: "A Constituinte devia limitar os poderes do governo, que é um mal necessário e que assim precisa ser reduzido ao mínimo".

Houve também, por parte da assistência, preocupação com o fim dos trabalhos da Constituinte que é aguardado pelas multinacionais para voltarem a investir no Brasil. Dornelles, o único deputado presente, não quis fazer previsões. "O deputado César Maia (ex-secretário da Fazenda do Rio de Janeiro) calculou que, no ritmo atual, os trabalhos da Comissão de Sistematização irão até o final de 1989. Eu acho uma previsão otimista pois não consigo ver quando acabará" — ironizou.

Descontaminação

"É necessário promover um processo de descontaminação da economia estatal", afirmou o economista Carlos Langoni, professor titular da FGV, ao defender o estabelecimento de mecanismos de controle da sociedade sobre as estatais, que considera imprescindível para a dinamização da economia.

O ex-presidente do Banco Central no governo Figueiredo falou durante o painel "Análise da Ordem Econômica na atual Constituição como Instrumento de Compreensão das Mudanças Futuras". Na sessão final, o economista Celso Martone, professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP, afirmou que o Brasil atingiu "o limite de intervenção do Estado, com o Plano Cruzado".

— A hipertrofia do setor público pode desembocar numa situação hiperinflacionária. As linhas propostas pela Constituinte são incompatíveis com o crescimento econômico e levarão à estagnação. A visão de um Estado assistencialista, que procura distribuir melhor a pobreza, confiscando das camadas mais ricas para transferir para as mais pobres, revela uma vocação para o subdesenvolvimento. Talvez tenhamos que passar por mais uma década de estagnação e empobrecimento, para caminharmos depois em direção a um Estado mais liberal e progressista — prognosticou Martone.

Kazumi Kusano e Vicente Dianozi Filho